

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**(IN)SUCESSO ESCOLAR EM FILHOS DE IMIGRANTES DE NÍVEL
SÓCIOECONÓMICO BAIXO EM PORTUGAL**

Um estudo com participantes do Programa Escolhas através do inventário IARPS-CJ

Djamila Cohen Correia e Silva

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Àrea de especialização de Psicologia Clínica e da Saúde - Psicologia Clínica Sistémica

2019

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**(IN)SUCESSO ESCOLAR EM FILHOS DE IMIGRANTES DE NÍVEL
SÓCIOECONÓMICO BAIXO EM PORTUGAL**

Um estudo com participantes do Programa Escolhas através do inventário IARPS-CJ

Djamila Cohen Correia e Silva

Dissertação Orientada pelo Professor Doutor João Moreira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

Àrea de especialização de Psicologia Clínica e da Saúde - Psicologia Clínica Sistémica

2019

Agradecimentos

Ao concluir a minha dissertação, gostaria de agradecer aos que fizeram parte deste percurso e que, de alguma forma, possibilitaram a realização desta dissertação.

Primeiramente, ao Professor Doutor João Moreira, pelas inúmeras reuniões e esclarecimentos, assim como pela atenção e dedicação que teve no papel de orientador.

Ao Programa Escolhas por me conceder a possibilidade de trabalhar os presentes dados, sem os quais a realização deste estudo não seria possível. Espero que este estudo venha a ser, de algum modo, útil ao Programa.

Às Professoras e aos colegas do núcleo de Psicologia Clínica Sistémica, com os quais pude aprender imenso durante estes dois últimos anos.

Aos colegas e amigos Ana Lopes, Luís Meira, Sofia Costa e Teresa Cabral, pela amizade e disponibilidade ao longo destes anos. À Doutora Célia pelo apoio e sensibilidade.

À Ariana Sanches, ao William Monteiro, à Dysa Moniz, à Sandra Borges e à Telma Monteiro, pela amizade, apoio, e por todos os momentos partilhados e vividos paralelamente a esta trajetória académica. Aos meus colegas de equipa.

Aos meus colegas de fé, por nunca me deixarem sentir só. Às amigas, “ex-rufianas” pela parceria e amizade.

À tia Ita pelo apoio e carinho. Aos meus familiares, em especial aos meus pais, Zelinda e António, e ao meu irmão Caio, pilares na minha vida.

A todos, o meu muito obrigada.

Resumo

A migração tem implicações tanto para o migrante e sua rede, como para o país de acolhimento. O (in)sucesso escolar em descendentes de imigrantes é um indicador de inserção, visto que o ensino se mostra importante para o sucesso profissional e a qualidade de vida futura. Este estudo tem como objetivo perceber se a migração associada a carências económicas prediz ou não o insucesso escolar em descendentes de imigrantes; e se o stress vivido nessas famílias propicia o insucesso. Para este efeito, foram realizadas: (1) a análise psicométrica do inventário IARPS-CJ; o teste da associação (2) entre as variáveis descendente/não descendente de imigrante e o (in)sucesso escolar; (3) entre as variáveis descendente/não descendente de imigrante e carências económicas; (4) entre as variáveis carências económicas e insucesso escolar; e, por fim, (5) entre as carências económicas, o stress familiar e o desempenho escolar. Em termos de metodologia, os dados foram obtidos a partir da aplicação do IARPS-CJ pelo Programa Escolhas, em quatro momentos. Os dados referem-se a indicadores de risco psicossocial, tais como desempenho escolar, história de retenções, stress familiar, carências económicas da família, etc. As hipóteses foram testadas na faixa de 6 a 17 anos, por ser aquela em que o sucesso escolar é mais relevante. O estudo confirma que o inventário apresenta bons indicadores psicométricos como medida de risco psicossocial. Verificou-se que os descendentes de imigrantes têm maior sucesso escolar, comparativamente aos nacionais na mesma situação de risco psicossocial, e que as carências económicas afetam a propensão para o sucesso escolar num e noutro grupo. Este estudo contribuiu, assim, para uma melhor compreensão da realidade dos descendentes de imigrantes e da problemática da sua inserção em Portugal.

Palavras chave: migração, sucesso escolar, carências económicas, stress familiar

Abstract

Migration has implications for the migrant, his/her network and for the host country as well. Academic success of immigrant's descendants is an indicator of insertion, as it is important for generating professional success and life quality. This study aims to understand whether or not migration associated with economic deprivation and predicts academic failure among immigrant descendants. For this purpose, we performed: (1) the psychometric analysis of the IARPS-CJ inventory; the association test (2) between immigrant descending / non-descending variables and academic success; (3) between immigrant descending / non-descending variables and economic needs; (4) between the variables economic deprivation and academic failure; and finally (5) between economic needs, family stress and academic performance. In terms of methodology, the data were obtained from the application of IARPS-CJ by the Choices Program, in four moments. Data refer to psychosocial risk indicators such as academic performance, failure history, family stress, family economic needs, etc. The hypotheses were tested in the range of 6 to 17 years, because it is when academic success is most relevant. The study confirms that the inventory has good psychometric indicators as a measure of psychosocial risk. Immigrant descendants have been found to be more successful academically compared to nationals in the same psychosocial risk situation, and that the economic deprivation affects the propensity for academic success in either group. This study thus contributed to a better understanding of the reality of immigrant descendants and the issue of their insertion in Portugal.

Keywords: migration, academic success, economic needs, family stress

Índice

RESUMO.....	i
ABSTRACT.....	ii
1.INTRODUÇÃO.....	1
2. RISCOS PSICOSSOCIAIS E INSUCESSO ESCOLAR EM FILHOS DE IMIGRANTES	
2.1 Descendentes de Imigrantes	2
2.2 Imigrantes de Segunda Geração.....	3
2.3 (In)Sucesso Escolar	4
2.4 Carências Económicas e Migração.....	6
2.5 Domínio da Língua	7
2.6 Stress Familiar	9
3. O PROGRAMA ESCOLHAS.....	10
4. O INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO (IARPS-CJ)	10
5. QUESTÃO, OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	12
6. METODOLOGIA	
6.1 Participantes.....	12
6.2 Procedimentos.....	15
6.2.1 Recolha de dados.....	15
7. RESULTADOS	15
7.1 Análise Psicométrica do IARPS-CJ.....	15
7.2 Análise referentes às hipóteses.....	20
8. DISCUSSÃO	23
8.1 Propriedades Psicométricas e de Validação do Instrumento.....	23
8.2. Teste das Hipóteses.....	24
8.3. Limitações do estudo e Estudos Futuros.....	26
9. CONCLUSÃO.....	27
10. REFERÊNCIAS.....	28

1. Introdução

Aproximadamente 3.3% da população mundial vive em situação de migração internacional, o equivalente a uma em cada 35 pessoas, correspondendo a cerca de 200 milhões de indivíduos. (Coutinho, Franken & Ramos, 2009; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2015; Papademetriou, 2003; Ramos, 2009). Quanto aos migrantes internos (mobilidade dentro do país), os dados apontam para aproximadamente 740 milhões de pessoas, a nível mundial. Somando os migrantes internos aos migrantes internacionais, verifica-se que uma em cada sete pessoas no mundo é migrante, um número significativo e que tende a aumentar (Ferreira, 2007). Em Portugal, cerca de 5% da população residente, compreendendo 435.000 indivíduos, são imigrantes (SEF, 2007).

Dada a diversidade de definições existentes, torna-se difícil conceituar a migração (Nolasco, 2016; Salim, 2016). Porém, grosso modo, entende-se por migração a mudança de residência de um país ou região para outro. Esta mudança implica quase sempre a busca de melhores condições e oportunidades de vida, às quais, por algum motivo, o migrante não teria acesso no país de origem (Ramos, 2009). Como tal, são vários os fatores que poderão motivar a migração, podendo esta ser voluntária ou involuntária (Ferreira 2007; Rodrigues, 2011). Entre estes, destacam-se: a busca de oportunidades profissionais e de trabalho; causas políticas (e.g., a independência de um território ou perseguições políticas) e/ ou religiosas (e.g., perseguições de minorias religiosas); causas naturais (e.g., catástrofes climáticas), entre outros (Ramos, 2009).

O fenómeno migratório é algo cuja complexidade ultrapassa a ideia de uma simples deslocação de massas, nomeadamente pelo impacto que exerce sobre o desenvolvimento socioeconómico, cultural e político, tanto no país de chegada como no país de origem (Ferreira 2007; Papademetriou, 2003; Rodrigues, 2011). Dados apontam que a maior parcela da migração internacional envolve indivíduos provenientes de países em desenvolvimento que procuram estabelecer-se nos países considerados desenvolvidos. Trata-se tipicamente de uma mão de obra não qualificada e de migrantes em situação de carências económicas (Rodrigues, 2011). Estes contrastam com a migração qualificada, composta por indivíduos que migram de forma independente, tendo normalmente enquadramento institucional ou que, por exemplo, se deslocam para realizar uma formação superior (Góis e Marques, 2007).

Fatores como o nível de escolaridade, estatuto profissional e classe social a que o migrante pertence no país de origem poderão indiciar e prefigurar as condições de sua inserção no país de acolhimento, assim como a da sua rede familiar (Évora, 2013; Peixoto, 1998, pp. 26-27). A inserção dos descendentes de imigrantes no ambiente escolar revela-se outro importante indicador de inserção na sociedade de acolhimento (Sousa & Sarmiento, 2010).

Este estudo procura perceber se descendentes de imigrantes (crianças e adolescentes) em situação de carências económicas teriam maior propensão para o insucesso escolar, comparativamente a nacionais em igualdade de circunstâncias; e ainda, se o stress familiar é maior nas famílias de crianças e adolescentes descendentes de imigrantes, funcionando como um mediador desta propensão para o insucesso.

A compreensão desta população (migrante) implica a consideração das condições em que a mesma passa a viver e do impacto disso no desempenho escolar das suas crianças e jovens, denominados migrantes de segunda geração.

2) Riscos Psicossociais e Insucesso Escolar em Filhos de Imigrantes

2.1 Descendentes de Imigrantes

Tendo presente a população alvo deste estudo, torna-se necessário falar dos descendentes de imigrantes. Esta população distingue-se da imigrante propriamente dita, e nem se identifica completamente com ela (Machado & Matias, 2006). Trata-se de crianças e jovens que nasceram ou chegaram em idades muito precoces ao país de acolhimento dos pais. Neste local, cresceram e socializaram-se, integrando as escolas do país, tendo, posteriormente, acesso ao mercado de trabalho, por norma, em condições mais favoráveis do que os pais ou ascendentes migrantes (Machado & Matias, 2006; Pires, 2009; Portes, Haller & Kelly, 2008). O que neles se verifica na maior parte dos casos é uma integração dos valores familiares e da cultura de origem, paralelamente à assimilação da cultura do país de acolhimento (Pires, 2009; Rocha-Trindade, 2006; Sampaio, 2014). Para a maioria, e ao contrário de seus ascendentes imigrantes, a ideia de regresso à terra natal não se aplica, o que enfatiza uma identidade cultural nova e distinta (Machado & Matias, 2006).

Em Portugal, os filhos de imigrantes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) constituem a geração de descendentes mais expressiva do país, agregando dezenas de milhares de indivíduos, entre os quais muitas crianças e jovens. Embora a maior comunidade

estrangeira no país seja a brasileira, com 66.334 indivíduos, e só posteriormente a cabo-verdiana com 63.925 (SEF, 2007), tal leva a crer que a amostra utilizada nesta dissertação, cujos dados não permitem a visualização das nacionalidades em causa, mas apenas a distinção entre descendentes e não descendentes de imigrantes, possa ser maioritariamente originária dos PALOP (análises posteriores corroboraram tal suposição). Após a descolonização destes países africanos, muitos indivíduos originários dos mesmos instalaram-se em Portugal em busca de melhores condições de vida, ou tendo este como ponto de partida para uma nova migração para outros países europeus (Matos, 1997).

Face a outras minorias, as famílias de imigrantes dos PALOP em Portugal contam com um número significativamente superior de descendentes de terceira geração, algo ainda sem expressividade nas restantes minorias. Sobre estes, de terceira geração, o efeito da cultura de origem é naturalmente menor comparativamente ao que ocorre com os imigrantes de segunda geração (Machado & Matias, 2006). Deve-se justamente a este efeito o fato de se referir maioritariamente à segunda geração quando se fala dos descendentes de imigrantes.

2.2 Imigrantes de Segunda Geração

Portugal transformou-se nas duas últimas décadas num país de imigração, contando, hoje, não só com uma primeira geração de imigrantes, mas com os tais “imigrantes de segunda geração” (Pires, 2009). Embora a população alvo deste estudo seja a dos descendentes de imigrantes, em geral, e não os imigrantes de segunda geração, em específico, torna-se importante falar desta população, dada a sua expressão em Portugal.

São estes, de forma mais direta, os filhos dos imigrantes propriamente ditos. Investigadores chamam ainda atenção para uma especificidade no seio deste subgrupo, nomeando de “geração 1,5”, aos filhos de imigrantes que imigram com os pais quando crianças. Por conta disso, a designação “imigrante de segunda geração” torna-se mais utilizada para os que já nasceram no país de acolhimento dos pais (Machado & Matias, 2006).

Estes indivíduos são impactados não só pela herança cultural de origem, mas pelas condições de vida dos pais. Como referem Portes et al. (2008), fatores como o capital humano dos pais imigrantes, o contexto social no qual são recebidos no país de acolhimento e, ainda, a composição da família, podem ser determinantes no futuro da segunda geração. Quer-se com isto

dizer que diferentes realidades poderão contribuir para a estagnação ou ascensão da segunda geração, relativamente à primeira.

O imigrante propriamente dito, correspondente à geração anterior a estes jovens, desloca-se muitas vezes de modo irregular, acabando por desempenhar trabalhos precários, vivendo em condições instáveis, com baixos salários e poucas oportunidades de ascensão. Frequentemente exerce um trabalho não qualificado, que poucos nacionais estão dispostos a exercer (Pires, 2009). Nestes casos, os imigrantes de segunda geração encontram-se numa posição social desfavorável, rodeados de fatores que poderão repercutir-se no insucesso escolar ou até em situações menos desejáveis como a delinquência, não-integração, e conflitos de identidades (Araújo & Nada, 2018; Portes et al., 2008).

É necessário referir que vários estudos mostram que, perante as mesmas condições, descendentes de imigrantes demonstram um percurso escolar e de inserção social, igual ou até mais positivo do que seus pares nacionais, o que se reflete, posteriormente, na vida profissional (Pires, 2009). Autores como Waldinger e Perlmann (1998), por exemplo, argumentam que os desafios enfrentados pelos filhos de imigrantes não são muito diferentes dos experimentados pelos filhos de nativos, e que há pouca evidência de uma estagnação da segunda geração.

A verdade, porém, é que esta geração se encontra por vezes estigmatizada, associada popularmente a maus comportamentos ou pouca capacidade intelectual e de socialização, o que leva à sua exclusão social (Pires, 2009). A presença de carências económicas no seio destas famílias pode ainda ser um fator agravante ou que propicia a exclusão (Alves, 2009). Pelo fato de os imigrantes de segunda geração em Portugal tantas vezes agregarem dificuldades económicas adicionadas a um stress familiar provocado pela situação de migração, questiona-se neste estudo se a explicação para o insucesso escolar e dificuldades de inserção por uma parte significativa destes indivíduos pode residir nesta questão.

Escusado será dizer que a integração desta população é muito importante, tanto para as populações imigrantes como para a sociedade de acolhimento (Machado & Matias, 2006), uma vez que os efeitos a longo prazo na sociedade estariam mais relacionados com a segunda geração de imigrantes do que com a dos próprios pais destes jovens (Portes et al, 2008).

2.3 (In)sucesso Escolar

Etimologicamente, a palavra insucesso significa falta de êxito em algo que se deseja. Segundo Mendonça (2009) o termo insucesso pode ter diversos significados, conforme o contexto.

Há quem considere este conceito não em termos individuais, mas em relação ao sistema educativo. Nessa perspectiva, o sucesso escolar seria atingido quando um grande número de alunos obtivesse resultados elevados (Vaz, 2017), sendo um erro frequente atribuir o sucesso ou insucesso escolar apenas ao indivíduo, associando-o à falta de interesse ou de capacidade. Isso porque o insucesso pode envolver processos que nada tenham a ver com isso (Zago, 2011). Sabe-se, hoje, que o sucesso escolar não pode ser explicado por um único fator ou por fatores desconectados, mas sim por uma conjugação deles, dado que nenhuma variável isolada determina o sucesso ou o insucesso do aluno (Portes et al., 2008). Só a partir dos anos 60 o insucesso escolar passou a ser visto como um problema social, devido ao entendimento de que se trata não só de uma questão educacional, mas de um desaire que repercute a nível individual e social (Vaz, 2017; Zago, 2011). Nessa altura, deu-se a expansão do acesso ao ensino, o que revelou discrepâncias significativas entre alunos, normalmente desfavoráveis aos pertencentes a famílias de estatuto socioeconómico baixo. Apesar da redução gradativa das desigualdades educacionais, estas são ainda elevadas segundo a classe social e região a que os alunos pertencem. A universalização do ensino não reduz de forma nenhuma o papel educativo da família, mas pelo contrário, complexifica a ação da mesma. Quando o meio familiar não proporciona estímulos suficientes e adequados à aprendizagem escolar, torna-se muito mais difícil o aluno ser bem-sucedido. É necessário considerar ainda o papel ativo do aluno no seu próprio percurso escolar, assim como nas relações que o mesmo estabelece durante esse período (Zago, 2011).

Há pouca reflexão quanto às possíveis causas do insucesso escolar nas minorias e classes desfavorecidas (Pires, 2009). Como referido, a literatura mostra que são vários os fatores que poderão promover ou prejudicar um bom desempenho escolar: o tipo de família, o envolvimento da família na escola, o nível de escolaridade dos pais, o estatuto socioeconómico do aluno, se a escola é pública ou privada, a inserção social, as expectativas dos pais e professores, a língua materna, a localidade, as crenças de autoeficácia e até o sexo da criança (Bandura, 2008; Martins, 2017; Ray & Margaret, 2003). É preciso salientar que a influência destes fatores é independente se se trata de descendentes de imigrantes ou não, ou seja, esta condição não interfere por si no desempenho escolar (Seabra & Mateus, 2010). Segundo o PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes; Ray & Margaret, 2003), a discrepância desfavorável aos alunos descendentes de imigrantes quanto aos níveis de retenção deve-se a fatores que aparecem muitas

vezes associados aos mesmos, mas que não têm ligação direta com o “ser descendente de imigrante” (Ferreira, 2007).

Inclusive, estudos mostram que alguns estudantes “descendentes de imigrantes” têm uma performance tão boa ou até melhor que a população nacional (Fuligni, 1997; Pires, 2009; Seabra & Mateus, 2010). Já estudos como o de Martins (2017) alegam que, apesar dos esforços dos sistemas de ensino em tentarem garantir igualdade de oportunidades, desenvolvendo estratégias específicas para a integração de alunos imigrantes, estes continuam a apresentar maiores taxas de retenção escolar, comparativamente aos seus colegas nacionais.

Sendo a escola, para além de uma instituição de ensino, também um ambiente que promove a adaptação e integração (vs exclusão) na sociedade, a identidade e o reconhecimento social, a vivência desse período torna-se extremamente importante para o desenvolvimento e futuro da criança. (Coutinho, Franken & Ramos, 2008; Zago, 2011).

No estudo de Vaz (2017), com alunos de origem cabo-verdiana em Portugal, constatou-se que 33% destes viviam em famílias monoparentais, e que os pais tinham baixas habilitações literárias ou até analfabetismo funcional e, como consequência, eram pouco envolvidos nas atividades escolares dos filhos. Dados como este demonstram que os fatores sociais estão interligados, atuando em conjunto, a favor ou não do sucesso escolar.

2.4 Carências Económicas e Migração

As carências económicas, denominadas popularmente de pobreza, configuram um fator multidimensional, limitante e de exclusão social (Alves, 2009; Gaspar, Matos, Ribeiro & Leal, 2010). Às carências económicas associam-se fatores de natureza socioeconómica e cultural, tais como baixos níveis de escolaridade e, por consequência, baixa qualificação profissional e pouco envolvimento da família na escola, falta de acesso aos direitos sociais básicos (como a segurança social), e deficiente apoio social (Gaspar et al., 2010). Em conjunto, estes introduzem um stress elevado na dinâmica familiar, afetando não só a qualidade de vida e as relações familiares, como o desenvolvimento cognitivo e socio-emocional da criança ou adolescente. Sabe-se hoje que o stress causado por ambientes domésticos conturbados interfere na construção de novas sinapses cerebrais, podendo causar sérios danos no cérebro infantil, mais particularmente no hipocampo, área essencial para a memória e a aprendizagem (Bradley & Corwyn, 2002; Varela, 2016). Ora,

logicamente, as carências económicas poderão assim propiciar o insucesso escolar (Vaz, 2017). Tanto o meio familiar como o meio escolar são fulcrais para o desenvolvimento da criança, pois são nestes que decorrem as interações sociais que moldam a sua personalidade (Varela, 2006). Logo, muitos jovens que pertencem a grupos sociais mais desfavorecidos tendem a desenvolver uma visão mais limitada de si, baixa autoestima e reduzida perceção de autoeficácia. Tal traduz-se, muitas vezes, por um baixo envolvimento em tarefas académicas e rejeição à escola (Gaspar et al., 2010; Ramos, 2004).

Parte significativa dos imigrantes e seus descendentes em Portugal, encontram-se numa posição social desfavorável, apresentando paralelamente elevadas taxas de insucesso e abandono escolar (Papademetriou, 2003).

Estes alunos vivem muitas vezes em bairros precários e frequentam escolas com populações também em desvantagem económica e social. Tal poderá ser um fator que contribui para o insucesso, devido à baixa motivação (poucas referências de sucesso), o que leva a baixas aspirações. Outro argumento seria de que o sucesso escolar se encontra associado à continuidade cultural, e, pelo facto de tanto a realidade como língua materna destes indivíduos serem muito diferentes da cultura escolar e da linguagem formal, estes teriam maiores dificuldades no ensino (Machado & Matias, 2006; Matos 1997). O presente estudo centra-se nas famílias imigrantes de estatuto socioeconómico baixo, ou seja, movidas pela busca de condições dignas de vida, algo muito frequente em Portugal.

2.5 Domínio da Língua

Autores apontam para uma relação entre o modo de socialização familiar da criança e a forma como a mesma aprende, o que poderá explicar em parte o seu desempenho escolar (Bandura, 2008). Admite-se, ainda, o tempo de permanência no país de acolhimento e o modo de contacto com o mesmo, como determinante para o sucesso escolar (Seabra, 2010)

As opiniões acerca da influência da língua materna no percurso escolar dos filhos de imigrantes divergem. Por um lado, sabe-se que a falta de proficiência na língua do país de acolhimento está positivamente correlacionada com o insucesso escolar, facto inegável, visto que, além de o português ser uma das disciplinas do currículo, é também a língua de ensino (Barata, 2012; Matos, 1997; OCDE, 2015). Por outro lado, visto não serem os jovens originários dos PALOP os melhores alunos entre as minorias, alguns estudos descredibilizam o domínio da língua

materna do país de acolhimento como uma vantagem (Pires, 2009). Estudos como o de Margaret Gibson (1988) e Suarez-Orozco (2011, citados por Seabra, 2010) defendem que o uso da língua do país de acolhimento não teria impacto nos resultados escolares. Portes e Schaufli (1994) referem que alunos japoneses e chineses, cuja língua é muito distante do inglês, têm por norma melhores resultados que os americanos quando migram para os Estados Unidos. A literatura também não é consensual em relação aos bilingues. Algumas referências dizem que os alunos bilíngues teriam vantagens perante os monolíngues, devido a um conjunto mais diversificado de habilidades mentais. Por esta razão, teriam maior propensão para o sucesso escolar (Peal e Lambert, 1962). Contudo, já outros estudos, não consideram o bilinguismo como uma vantagem no ambiente escolar (Portes e Schaufli, 1994). Segundo o *Estudo Longitudinal sobre Filhos de Imigrantes* (2015, citado por Vaz, 2017) o bilinguismo pode trazer efeitos negativos a curto prazo, mas positivos a longo, visto que poderá permitir o aumento da rede de socialização do jovem, sobretudo junto da sua comunidade étnica.

É necessário também considerar, como no caso dos PALOP, os que têm a língua do país de acolhimento apenas como língua oficial dos seus próprios países. Muitas vezes a língua materna não é a língua portuguesa, de modo que muitos destes descendentes de imigrantes não a dominam tão bem, quando comparados aos colegas nacionais. Nessas situações, apesar da continuidade linguística, dado se tratar de países de língua oficial portuguesa, há também rutura (Pires, 2009). É o caso, por exemplo, dos cabo-verdianos e bissau-guineenses, pelo uso do crioulo como língua materna. No entanto, para Machado e Matias (2006) a integração ou exclusão não depende exclusivamente da continuidade ou rutura, mas de variáveis como a receptividade política e social no território em que se fixam.

Neste ponto, surge outra questão, o distanciamento ou a aproximação da cultura de origem como algo vantajoso ou não. Por um lado, esse distanciamento pode ter efeitos negativos no desempenho escolar, visto que uma maior aproximação com a cultura de origem permite uma maior comunicação e relação com a comunidade étnica do jovem, promovendo um sentido de identificação. Por outro lado, observa-se também que essa aproximação com a comunidade de origem pode não ser vantajosa, dificultando a inserção na sociedade de acolhimento. Tudo depende de como se dá essa aproximação, das regras e normas estipuladas (Portes et al, 2008).

2.6 Stress Familiar e Migração

O processo de migração pode introduzir uma condição de vulnerabilidade e stress, extensiva a toda a família (Ramos, 2004), dado o conjunto de fatores que lhe podem estar associados. Este fenómeno implica transformações diversas, psicológicas, ambientais, biológicas, sociais, culturais, familiares e políticas, o que exige a adaptação psicológica e social dos indivíduos e das famílias (Ramos, 2009). O baixo suporte social, trabalhos precários, carências económicas, a distância dos familiares e da cultura de origem, a discriminação, entre outros, são fatores que provocam stress nas famílias imigrantes de estatuto socioeconómico baixo no contexto da aculturação (Coutinho, Franken & Ramos, 2008), por conjugarem, como propõe o estudo, as condições de migração e carências económicas simultaneamente. Sabe-se que condições de vida que acarretam um stress elevado poderão interferir na capacidade de pensamento crítico e de auto-regulação da criança (integração e gestão das emoções), o que por sua vez impacta fortemente o desempenho escolar da mesma (Gurcay & Ferah, 2018). A vulnerabilidade imposta pela migração pode inclusive atingir a saúde mental. Segundo Ramos (2009), os imigrantes teriam maior propensão para desenvolverem depressão, depressão pós-parto e psicoses.

Esse stress familiar pode interferir por exemplo, na organização da vinculação da criança com o cuidador principal, tão importante na formação do indivíduo, e com forte impacto no comportamento adolescente (Ainsworth & Bowlby, 1991; Anastásio & Lima, 2017). A migração pode constituir um fator de stress capaz de alterar os padrões de interação entre o cuidador e a criança (Mota, Franco & Motta, 1999).

Uma possível fonte de stress, decorrente da migração, deve-se a uma descontinuidade ou mesmo rutura entre o seu universo cultural e o da escola, já que o ensino acaba por reproduzir frequentemente a cultura dominante, sem ter em conta as origens ou representações de quem aprende (Bourdieu & Passeron, 1975).

Uma parcela significativa dos imigrantes em Portugal vive em condições de carências económicas, monoparentalidade, pouco envolvimento dos pais no percurso escolar dos filhos, etc.

A questão que surge, e até agora pouco estudada, é se a migração por indivíduos/ famílias de estatuto socioeconómico baixo representa um stressor que prediz o insucesso escolar por parte das crianças e jovens destas famílias. E se o “descendente de imigrante” em condição de carências

económicas teria maior propensão para o insucesso escolar do que o nacional em condições semelhantes (agravante social).

3. O Programa Escolhas

Criado em 2001, o Programa Escolhas foi concebido pelo governo português com o objetivo de prevenir riscos socioeducativos, tais como insucesso e abandono escolar, desemprego, envolvimento criminal, em crianças e jovens que se encontram em contextos socioeconomicamente vulneráveis (Moreira, Pereira, Goes, Marques & Monteiro, 2015) O programa visa a promoção da igualdade e da inclusão social, através de medidas que promovam a educação, a qualificação, o emprego, o empreendedorismo e a cidadania. Intervém fundamentalmente em três áreas: (a) educação, formação e qualificação; (b) emprego e empreendedorismo; (c) dinamização comunitária, participação e cidadania (O que é o Programa Escolhas, sem data).

Direcionado sobretudo para descendentes de imigrantes e minorias étnicas, o programa conta atualmente com mais de 100 projetos, envolvendo cerca de 45.000 pessoas. É avaliado frequentemente na sua globalidade por uma entidade externa e independente. (O que é o Programa Escolhas, sem data). A pedido do Programa Escolhas, uma equipa da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa desenvolveu um instrumento de avaliação do risco psicoeducacional para os projetos de intervenção comunitária apoiados pelo Programa, o IARPS- CJ (Instrumento de Avaliação de Risco Psicossocial em Crianças e Jovens). A finalidade da criação deste inventário de heterorrelato reside em equipar o programa com uma ferramenta de avaliação que permitisse a avaliação de riscos a nível individual e comunitário (Moreira, Pereira, Goes, Marques & Monteiro, 2015). Dados recolhidos com este inventário no contexto dos projetos apoiados pelo Programa Escolhas serviram de base a esta dissertação.

4. O Instrumento De Avaliação (IARPS-CJ)

A falta de um instrumento padrão dificultava as análises comparativas entre projetos e a alocação apropriada de recursos pelo Programa Escolhas, assim como a avaliação dos seus resultados. Nesse âmbito foi criado o IARPS-CJ, desenvolvido pelos investigadores João Moreira, Ana Isabel Pereira, Ana Rita Goes, Teresa Marques e Rita Monteiro, no âmbito do Projeto “Desenvolvimento de Instrumentos de Avaliação do Risco Psicossocial para o Programa

Escolhas”, com financiamento do Fundo Social Europeu (Moreira, Pereira, Goes, Marques & Monteiro, 2015).

Este inventário, além de permitir a caracterização das necessidades de intervenção e o estabelecer de prioridades, revela-se de extrema pertinência dado o número crescente de riscos psicossociais a que as crianças e os jovens estão sujeitos em Portugal e, paralelamente, dada a importância das intervenções comunitárias no sentido de prevenção destes efeitos. É muito importante dispor de um indicador dos níveis de risco, de modo a poder definir a intensidade da intervenção, e monitorizar seus progressos. Na literatura não se encontram muitos instrumentos para esse efeito, que se possam usar em programas de intervenção e disponíveis para a investigação. O IARPS-CJ contempla fatores de risco a nível individual, escolar, familiar e comunitário, sendo composto por 53 itens, cada um com 3 opções de resposta, correspondendo a risco baixo, intermédio e alto risco. Cada item inclui ainda a opção “não dispomos de informação”, existindo também a opção “não se aplica” para alguns dos itens. A opção “não dispomos de informação” é utilizada quando, dado à recente entrada do jovem no projeto, se entendeu que seria intrusivo a obtenção de certas informações, ou porque uma determinada instituição não disponibilizou a informação. A opção “não se aplica” destina-se exclusivamente àqueles casos em que a questão colocada no item não pode ser respondida porque a criança/jovem não se insere no contexto referido, nomeadamente no caso de perguntas referentes à família para aqueles que estão institucionalizados ou sem contacto com a família por outro motivo (Moreira, Pereira, Goes, Marques & Monteiro, 2015).

Os resultados são transmitidos aos técnicos dos projetos através de uma codificação em 3 níveis: um indicando ausência de risco ou um nível muito baixo de risco (cor verde), o nível intermediário (amarelo) que indica um nível moderado de risco, e um nível superior que corresponde a um alto nível de risco (vermelho) no aspeto em questão.

Os dados obtidos com o IARPS-CJ foram cedidos pelo Programa Escolhas de modo que o presente estudo usufrui destes dados para responder às questões colocadas. As características psicométricas do inventário encontradas no estudo serão apresentadas mais à frente nos resultados.

5. Questão, Objetivo e Hipóteses

O estudo partiu das seguintes questões:

1. Será que filhos de imigrantes com estatuto socioeconómico baixo têm maior propensão para o insucesso escolar do que alunos nacionais com o mesmo estatuto?
2. Será que o stress familiar consequente da migração de classe baixa é um mediador que propicia o insucesso escolar?

Assim, o objetivo geral do estudo foi o de verificar se a situação de migração prediz o insucesso escolar. Mais especificamente, o estudo propôs-se: (a) analisar as qualidades psicométricas do inventário “IARPS-CJ” usado pelo Programa Escolhas na recolha dos dados; (b) verificar a existência de associação entre a variável descendente ou não de imigrante e o sucesso/insucesso escolar; (c) verificar a existência de associação entre a variável descendente ou não de imigrante e as carências económicas; (d) verificar a existência de associação entre as variáveis stress familiar, carências económicas e desempenho escolar.

Este estudo baseia-se nas seguintes hipóteses: a hipótese 1, que prevê que os descendentes de imigrantes teriam maior risco para o insucesso escolar de que os não descendentes de imigrantes (efeito da migração); a hipótese 2, que prevê que quando ambos estão em situação de carências económicas (descendentes e não descendentes de imigrantes), os descendentes de imigrantes têm maior propensão para o insucesso escolar (efeito da migração associada a carências económicas); a hipótese 3, que refere que o efeito do Stress Familiar sobre o Insucesso Escolar seria maior nos descendentes de imigrantes; a hipótese 4, que prevê que o stress familiar é um mediador entre as carências económicas e o insucesso escolar em descendentes de imigrantes (efeito do stress no insucesso escolar).

A importância deste estudo reside na compreensão da complexidade do fenómeno da migração, mais especificamente no impacto que poderá ter a nível familiar e no período escolar, fase tão importante para o desenvolvimento do jovem.

6. Metodologia

6.1 Participantes

Os critérios de seleção da amostra foram os seguintes: (a) jovens, rapazes e raparigas dos 6 aos 17 anos, (b) descendentes e não descendentes de imigrantes, (c) participantes diretos de projetos do Programa Escolhas (o que implica alguma vulnerabilidade ou risco psicossocial), (d) habitantes de diferentes distritos e participando em vários projetos do Programa. A amostra utilizada foi constituída por indivíduos entre os 6 e os 17 anos (idade escolar). Porém, é de frisar que a análise psicométrica do inventário realizada no âmbito deste estudo incluiu também outra faixa etária, dos 18 aos 24 anos. Os seguintes quadros contêm alguns dados demográficos relativamente aos participantes do estudo.

Quadro 1: Frequências de sexo por faixa etária

	Jovens (6 a 17 anos)		Adultos (18 a 24 anos)		Geral (6 a 24 anos)	
	Freq	Percent	Freq	Percent	Freq	Percent
F	1319	42.7	361	31.9	1680	39.8
M	1769	57.3	771	68.1	2540	60.2
Total	3088	100	1132	100	4220	100

Quadro 2: Descendentes e não Descendentes de Imigrantes por faixa etária

	Jovens (6 a 17 anos)		Adultos (18 a 24 anos)		Geral (6 a 24 anos)	
	Freq	Percent	Freq	Percent	Freq	Percent
Não	2106	68.2	686	60.6	2792	66.2
Sim	905	29.3	413	36.5	1318	31.2
NDI	77	2.5	33	2.9	110	2.6
Total	3088	100	1132	100	4220	100

Não: Não descendente de imigrante; Sim: Descendente de imigrante; NDI: Não dispomos de informação

Quadro 3: Distritos, Frequências e Percentagem por faixa etária

	Jovens (6 a 17 anos)		Adultos (18 a 24 anos)		Geral (6 a 24 anos)	
	Freq	Percent	Freq	Percent	Freq	Percent
Aveiro	75	2.4	19	1.7	94	2.2
Beja	61	2.0	9	0.8	70	1.7
Braga	244	7.9	40	3.5	284	6.7
Bragança	1	0.0	-	-	1	0.0
C.Branco	3	0.1	-	-	3	0.1
Coimbra	54	1.7	3	0.3	57	1.4
Évora	42	1.4	43	3.8	85	2.0
Faro	203	6.6	70	6.2	273	6.5
Guarda	11	0.4	-	-	11	0.3
Madeira	1	0.0	11	1.0	12	0.3
S. Miguel	38	1.2	10	0.9	48	1.1
Leiria	57	1.8	1	0.1	58	1.4
Lisboa	561	18.2	269	23.8	830	19.7
Portalegre	51	1.7	6	0.5	57	1.4
Porto	218	7.1	60	5.3	278	6.6
Santarém	7	0.2	1	0.1	8	0.2
Setúbal	360	11.7	160	14.1	520	12.3
Vila Real	40	1.3	5	0.4	45	1.1
Total	3088	100	1132	100	4220	100

6.2. Procedimentos

6.2.1. Recolha de dados

O presente estudo é de natureza quantitativa. Como referido, este estudo não envolveu a recolha de dados, visto que estes haviam sido recolhidos pelo Programa Escolhas, no decurso da sua atividade, através do inventário IARPS-CJ. A recolha foi realizada durante 3 anos (do início de 2016 a 31 de dezembro de 2018). No entanto, os dados utilizados no estudo vão apenas até ao período de 24 meses de cada projeto, ou seja, contam com 2 anos de recolha de dados (até final de 2017). Trata-se de dados longitudinais correspondentes aos momentos de 6 meses, 12 meses, 18 meses e 24 meses do projeto, o que possibilitaria a observação do impacto do Programa ao longo do tempo. Além disso, os dados foram separados em duas faixas etárias: 6 a 17 anos; 18 a 24 anos.

Dadas as características dos utentes do Programa, tais como a diversidade de idades (dos 6 aos 24 anos) e o baixo nível de instrução em parte significativa da amostra, tornou-se necessário que o inventário fosse preenchido pelos técnicos do projeto (psicólogos, assistentes sociais, educadores e outros) e não pelos participantes. A responsabilidade de preenchimento ficou assim atribuída à equipa de cada projeto. O IARPS-CJ era preenchido na plataforma informática do Programa Escolhas (AGIL), em reuniões de equipa, pelo técnico que conhecia melhor o jovem, ou eventualmente pelo coordenador do projeto. A informação relativa a alguns participantes podia ser escassa ou incompleta, por estes estarem menos envolvidos no projeto ou envolvidos há menos tempo. Nesses casos usava-se no item relevante a opção “não dispomos de informação”.

7. Resultados

7.1. Análise Psicométrica do IARPS-CJ

Foi realizada primeiramente a verificação das qualidades psicométricas do inventário IARPS-CJ e só depois foram prosseguidas as análises propostas no estudo (teste de hipóteses). As análises foram realizadas através do SPSS versão 25.

Dada a existência de dados incompletos e não organizados (quantidade elevada de valores omissos) foi necessário a organização dos mesmos, assim como a eliminação de participantes indiretos (possivelmente pais ou indivíduos que não integravam os critérios de participação do programa). Foram eliminados os itens que apresentavam um número muito grande de dados omissos, por não serem aplicáveis em muitos casos.

No passo seguinte, foi realizada uma análise fatorial com todos os itens, exceto os que tinham sido eliminados pelo critério referido no parágrafo anterior. O método de extração foi a análise em componentes principais, e o gráfico de escarpa ou “teste do cotovelo” foi usado para determinar o número de fatores. Foi realizada uma rotação Varimax para a interpretação dos fatores.

Os itens foram atribuídos aos fatores quando apresentavam uma saturação superior a .50 após a rotação. Partindo desde critério, seguiu-se um procedimento exaustivo de comparação dos fatores encontrados nos diferentes momentos de recolha de dados (6 meses, 12 meses, 18 meses, 24 meses), ajustando o critério na medida do necessário até se criar um sistema homogêneo em que os itens que entravam em cada fator eram sempre os mesmos (quadro geral).

Posteriormente foi realizada a análise de confiabilidade (Alfa de Cronbach) com os itens pertencentes a cada fator e cada período de tempo, dentro de cada faixa etária, no intuito de verificar a consistência interna de cada fator e certificar-se ou repensar a decisão de incluir determinado item como componente de determinado fator, sempre com a preocupação de obter no final uma composição dos fatores minimamente válida para todos os momentos de recolha de dados.

Posteriormente, foram calculados resultados para cada uma das escalas correspondentes aos fatores, através da soma dos itens de cada fator, após se ter procedido à sua padronização (transformação em *zscores*), tal como foi feito no estudo de Moreira, Pereira, Goes, Marques e Monteiro (2015) e é feito na plataforma AGIL quando os resultados são devolvidos aos técnicos. A padronização foi feita tendo por referência apenas os dados dessa faixa etária. De novo aplicando os critérios utilizados no estudo de Moreira, Pereira, Goes, Marques e Monteiro (2015) e na plataforma AGIL, os resultados só foram calculados quando pelo menos metade dos itens da escala tinham recebido uma resposta válida (i.e., não estava omissão ou com as opções “não se aplica” ou “não dispomos de informação”). Nos quadros seguintes é possível observar os itens e fatores em cada faixa etária, resultantes da análise do inventário.

Quadro 4: Faixa etária dos 6-17 anos (6,12,18,24 meses) – Fatores e Itens

Fator Problemas de Comportamento	Fator Comunidade	Fator Consumo de substâncias	Fator Escola	Fator Discriminação	Fator Família e Problemas Graves na Família	Fator Família
Comportamento antissocial e agressivo	Recursos da comunidade	Consumo de substâncias	Expectativas educacionais de autoeficácia	Necessidades educativas especiais	Disciplina	Monitorização
Problemas de comportamento	Estrutura da comunidade	Início do consumo de substâncias	Autoeficácia académica	Problemas de saúde Mental	Stress familiar	Estrutura
Início dos comportamentos antissociais e agressivos	Violência na comunidade	Consumo de álcool	Expectativas educacionais da família	Dificuldades de aprendizagem	Afeto	Disciplina
Problemas de comportamento na escola			História de retenções	Problemas de saúde física	Monitorização	Envolvimento da família na escola
Problemas emocionais			Atitudes em relação à escola		Estrutura	Afeto
			Desempenho escolar		Envolvimento da família na escola	
			Assiduidade atual...		Abuso e negligência	
			História de Assiduidade		Atitudes da família em relação à escola	
			Integração Social na Escola		Violência no núcleo familiar	
			Envolvimento em atividades da Escola		Carências socioeconómicas da família	
					Problemas de saúde mental na família	
					Comportamentos Antissociais no núcleo familiar	
					Dif de acesso decorrente da situação legal	

Quadro 5: Faixa etária dos 18-24 anos (6,12,18,24 meses) – Fatores, Itens e Saturação

Fator Problemas de Comportamento e Consumo de Substâncias	Fator Comunidade	Fator Consumo Substâncias	Fator Escola	Fator Discriminação	Fator Família	Fator Família e Problemas Graves na Família
Problemas de comportamento	Recursos da comunidade	-	Expectativas educacionais da Família	Necessidades educativas especiais	Afeto	Abuso e negligência
Envolvimento Criminal	Estrutura da comunidade	-	Expectativas educacionais e autoeficácia		Disciplina	Violência no núcleo familiar
Comportamento Antissocial e Agressivo	Violência na comunidade	-	Atitudes em relação à escola		Monitorização	Comportamentos Antissociais no núcleo familiar
Problemas de Comportamento na escola					Stress Familiar	Carências socioeconómicas da família
Medidas Tutelares					Atitudes da família em relação à escola	Problemas Emocionais
Início dos comportamentos antissociais e agressivos						Problemas de saúde mental na família
Consumo de substâncias ilícitas						
Início do consumo de álcool e substâncias						
Consumo de álcool						

Quadro 6: Fatores do inventário e alfas correspondentes da faixa etária 6 a 17 anos

Escola	6 meses	12 meses	18 meses	24 meses
	0.85	0.89	0.89	—
Problemas de Comportamento	0.86	0.85	0.85	0.85
Comunidade	0.70	0.75	0.73	0.79
Discriminação	0.62	0.52	0.62	0.56
Consumo de Substâncias	0.70	0.72	0.81	0.59
Família	—	—	0.90	0.90
Família e Problemas Graves na Família	0.88	0.89	—	—
Problemas Graves na Família	—	—	0.82	0.75

Quadro 7: Fatores do inventário e alfas correspondentes da faixa etária 18 a 24 anos

	6 meses	12 meses	18 meses	24 meses
Escola	0.79	0.85	0.89	0.90
Problemas de Comportamento	—	—	—	
Comunidade	0.72	0.727	0.77	0.79
Discriminação	0.62	0.34	0.71	0.47
Consumo de Substâncias	—	—	—	—
Família	—	—	0.88	—
Família e Problemas Graves na Família	0.91	0.91	—	—
Problemas Graves na Família	—	—	0.84	0.82
Problemas de Comportamento, Consumo de Substâncias e Escola	0.91	0.89	—	
Problemas de Comportamento, Consumo de Substâncias	—	—	0.86	0.90

7.2. Análises referentes às hipóteses

Após a análise psicométrica do inventário, procedeu-se às análises propostas no estudo. Os itens utilizados foram: o desempenho escolar e o historial de retenções (como representantes do sucesso/insucesso escolar); o stress familiar (como representante do próprio stress familiar); e as carências económicas da família (representando as carências económicas da família).

Para proceder a estas análises, foi definida a faixa de 6 a 17 anos, visto integrar crianças e jovens, a população alvo do estudo. O primeiro passo desta etapa foi verificar a relação presente entre ser descendente de imigrante e sucesso/insucesso escolar. Para isso, foi calculado o *t* de Student e analisada a significância. Foi ainda verificada a correlação de Pearson entre as variáveis/itens, desempenho escolar, historial de retenções e carências económicas. Dividindo a amostra de modo a separarem-se os descendentes dos não descendentes de imigrantes, para comparação das correlações obtidas.

A hipótese 1 (H1), que previa que os descendentes de imigrantes teriam maior risco para o insucesso escolar, foi testada a partir de um teste *t* de Student comparando as médias das variáveis Desempenho Escolar e História de Retenções nos diferentes momentos. Uma vez que o teste de Levene de igualdade de variâncias indicou que eram significativamente diferentes em todos os casos, foi usada a versão do teste que não pressupõe variâncias iguais. Os dados mostram que o desvio padrão é sempre maior nos não descendentes de imigrantes.

Os dados mostram que o risco para o insucesso escolar é significativamente mais elevado para os não descendentes de imigrantes. Por outras palavras, que os descendentes de imigrantes teriam maior propensão para o sucesso escolar. Isto significa que neste caso, o fator “descendente de imigrante” não é por si um fator de risco, mas pelo contrário.

Quadro 8: Relação entre a variável Descendente/Não Descendente de Imigrante e o Item Sucesso/Insucesso Escolar

	Não Descendentes			Descendentes			t	gl	sig
	M	DP	N	M	DP	N			
Desemp. Escol_6m	0.48	0.69	1863	0.36	0.62	814	4.48	1731.14	<0.005
Hist. Reten_6m	0.95	0.94	1793	0.91	0.92	771	1.03	1490.10	0.31
Desemp. Escol_12m	0.51	0.68	2939	0.41	0.62	1185	4.53	2380.13	<0.005
Hist. Reten_12m	0.95	0.94	2871	0.88	0.92	1147	1.96	2158.10	<0.005
Desemp. Escol_18m	0.47	0.67	1945	0.43	0.64	1069	1.36	2278.98	0.18
Hist. Reten_18m	0.99	0.94	1902	0.87	0.91	1034	3.36	2169.56	0.01
Desemp. Escol_24m	0.52	0.67	2593	0.47	0.62	1261	1.99	260.77	0.05
Hist. Reten_24m	0.93	0.94	2579	0.92	0.92	1241	0.67	2477.5	0.95
Desemp. Escol: Desempenho Escolar ; Hist. Reten_: História de Retenções									

A hipótese 2 (H2) foi testada através de uma correlação de Pearson entre as variáveis Insucesso Escolar e Carências Económicas. Os dados são consistentes com a hipótese na medida em que a variável carências económicas da família estava positivamente correlacionada com os itens desempenho escolar e história de retenções.

Quadro 7: Relação entre Insucesso Escolar e Carências Económicas em Não Descendentes e Descendentes de Imigrantes

	Não Descendentes		Descendentes	
	Desempenho	Retenção	Desempenho	Retenção
6m	0.16**	0.18**	0.08*	0.08**
12m	0.19**	0.17**	0.12**	0.10**
18m	0.16**	0.13**	0.17**	0.11**
24m	0.17**	0.14**	0.17**	0.10**

*a correlação é significativa no nível 0.05; ** a correlação é significativa no nível 0.01

Relativamente à hipótese 3 (H3), que refere que o efeito do Stress Familiar sobre o Insucesso Escolar seria maior nos descendentes de imigrantes, a mesma foi testada também por correlações de Pearson entre as variáveis Stress Familiar, Desempenho Escolar e História de Retenções, calculadas separadamente para descendentes e não descendentes de emigrantes.

Quadro 8: Correlação do Stress Familiar e o Insucesso Escolar (Desempenho Escolar e História de Retenções) em Não Descendentes e Descendentes de Imigrantes

	Não Descendentes		Descendentes	
	Desempenho	Retenção	Desempenho	Retenção
6m	0.14**	0.07**	0.10**	0.10*
12m	0.18**	0.09**	0.13**	0.10**
18m	0.12**	0.09**	0.09**	0.05**
24m	0.18**	0.11**	0.20**	0.06**

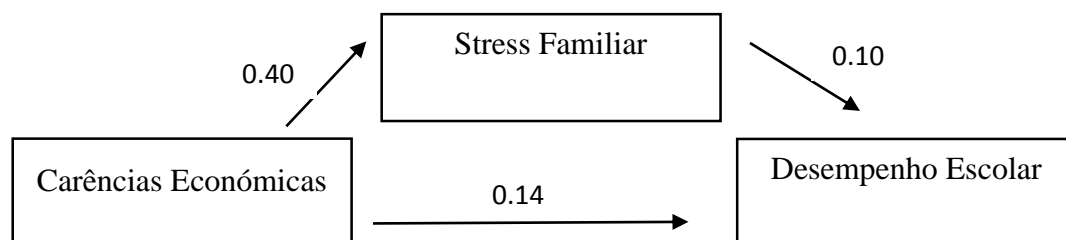
*a correlação é significativa no nível 0.05; ** a correlação é significativa no nível 0.01

Quanto à hipótese 4, que refere que o stress familiar seria um mediador na relação entre as carências económicas e o desempenho escolar, a mesma foi testada por correlações e regressões. Nomeadamente, o efeito das carências económicas sobre o stress familiar foi avaliado através da

correlação de Pearson. Os efeitos do stress familiar e das carências económicas sobre o desempenho escolar foram estimados através de uma regressão múltipla, de que se apresentam na Figura 1 os coeficientes beta. Aplicou-se o teste de Sobel (Baron & Kenny, 1986) que mostrou que essa mediação é significativa, $z = 5.23$, $p < .001$.

Figura 1

Modelo das relações entre o Stress Familiar, as Carências económicas e o Desempenho Escolar (e.g., aos 12 meses)



8. Discussão

Este estudo procurou perceber se a situação de migração associada a carências económicas prediz o insucesso escolar em crianças e adolescentes descendentes de imigrantes; e ainda se o stress familiar é maior nas famílias de crianças e adolescentes descendentes de imigrantes, funcionando como um preditor desta propensão para insucesso. Foi realizada inicialmente (a) a análise psicométrica do Inventário “IARPS-CJ”, usado pelo Programa Escolhas na recolha dos dados; posteriormente (b) foi verificada a existência de associação entre as variáveis descendente/não descendente de imigrante e (in)sucesso escolar; (c) a associação entre a variável descendente/não descendente de imigrante e carências económicas, (d) a associação entre carências económicas e insucesso escolar, (e) e a associação entre carências económicas, stress familiar e insucesso escolar.

8.1. Propriedades Psicométricas e de Validação do Instrumento

Os resultados mostraram uma consistência interna satisfatória do Inventário IARPS-CJ. No intuito de verificar se a situação de migração prediz de forma agravante o insucesso escolar em

situação de carência socioeconómica, o IARPS-CJ mostrou-se o instrumento ideal. Primeiro por contemplar as principais variáveis em estudo (situação de migração, carências económicas e insucesso escolar, stress familiar), além de tantas outras variáveis também informativas, como atitudes parentais, autoeficácia, envolvimento da família na escola. Segundo, porque a amostra recolhida é, em sua maioria e tal como o estudo propõe, residente em Portugal, descendente de migrante, com um estatuto socioeconómico baixo, equilibrada entre os géneros e suficientemente dispersa em termos geográficos para se considerar que, embora não sendo representativa desta população, está muito mais próxima desse objetivo que é habitual em estudos deste tipo.

8.2. Teste das Hipóteses

No geral, os resultados obtidos não foram ao encontro das hipóteses do estudo. Os resultados permitem então concluir que numa população de risco e com carências económicas em Portugal, crianças e jovens descendentes de imigrantes dos 6 aos 17 anos têm significativamente maior propensão para o sucesso escolar do que crianças e jovens não descendentes de imigrantes. É possível ainda constatar que o stress familiar teve apenas um impacto modesto (ainda que estatisticamente significativo devido à dimensão da amostra) no sucesso escolar (desempenho escolar e historial de retenções), e que esse impacto não parece ser diferente entre os descendentes e não descendentes de emigrantes.

Relativamente à hipótese 1(H1), que prevê que os descendentes de imigrantes teriam maior risco para o insucesso escolar de que os não descendentes de imigrantes, a mesma não foi validada, visto que, pelo contrário, os descendentes de imigrantes tiveram menor propensão para o insucesso escolar. Tais resultados vão ao encontro de várias teorias (i.e., Pires, 2009; Waldinger & Perlmann, 2010) que argumentam ser frequente os descendentes de imigrantes demonstrarem iguais ou melhores resultados que os nacionais, e que, quando tal não ocorre, deve-se às condições que rodeiam o aluno, e não ao ser descendente de imigrante em si. Quando se comparam duas populações de risco, mesmo que uma esteja deslocada da sua origem, é natural que não se encontrem diferenças. Uma vez controlados fatores de risco psicossocial, as diferenças desaparecem ou até se invertem.

É necessário clarificar que os descendentes de imigrantes da amostra não seriam o equivalente aos residentes dos respetivos países de origem, e que os nacionais da amostra, por

também se encontrarem em situação de risco psicossocial e alvo do programa de intervenção, não seriam também representativos de uma amostra nacional.

Quanto à hipótese 2 (H2), que refere que as carências económicas levam a um maior insucesso escolar, os dados são consistentes com a hipótese, na medida em que a variável carências económicas da família estava positivamente correlacionada com os itens desempenho escolar e história de retenções. Estudos (e.g., Ray & Margaret, 2003; Vaz, 2017) referem as carências económicas como um fator de propensão ao insucesso, cuja combinação com outros fatores poderá explicar casos de insucesso escolar.

Relativamente à hipótese 3 (H3), esta refere que o stress familiar seria maior nos descendentes de imigrantes, o que recairia sobre o insucesso escolar dos mesmos. A partir de uma correlação de Pearson bivariável entre o insucesso escolar (desempenho escolar e história de retenções) e o stress familiar, os resultados mostram que o stress familiar tem apenas um impacto modesto sobre o desempenho escolar e a história de retenções, e esse impacto não parece ser maior entre os descendentes de imigrantes. Conclui-se, portanto, que esta hipótese foi invalidada. Isto revela que apesar de poder ser um fator de propensão, o seu impacto não é suficiente para determinar o insucesso. Frisa-se novamente a conjugação de fatores (complexidade do fenómeno).

A relevância deste estudo reside não só na compreensão do insucesso ou abandono escolar frequente por parte de filhos de imigrantes, mas também poderá associar-se a novas perspetivas de conceber a migração, e idealmente ao repensar de novas políticas no que toca a este aspeto.

A tendência é muitas vezes de simplificação e de essencializar o insucesso escolar a aspetos culturais, linguísticos, de raça ou nacionalidade, quando o presente estudo, entre outros (e.g., Seabra & Mateus, 2010; Machado, Matias & Leal, 2005) mostra que o insucesso não tem a ver com o ser descendente de imigrante, mas com limitações do contexto social que podem estar associadas a isso (Ramos, 2004; Vaz, 2017). Tal não significa que a migração não possa constituir um fator de vulnerabilidade e risco (Lussi, 2015), mas apenas que o sucesso escolar resulta de uma complexidade de fatores, porventura consequentes ou adicionados à migração. Tanto que, controlados ou neutralizados estes fatores, o presente estudo e outros mostram que esta tendência chega inclusive a inverter-se, tendo os descendentes de imigrantes maior propensão para o sucesso escolar (Fuligni, 1997; Pires, 2009). Poder-se-ia especular que tais dados se devem a uma maior resiliência, ganha com o enfrentar das adversidades consequentes da migração. A solução parece residir no desenvolvimento de políticas públicas de remoção de tais obstáculos contextuais. A

conjugação de políticas de distribuição de rendimentos, acesso a habitação, emprego, de segurança, pode potenciar o sucesso escolar e social.

Ora, ao olharmos para os dados do estudo e para a literatura relacionada com o presente tema, surge a reflexão de que a continuidade cultural poderá por vezes estar mais relacionada com a classe social a que o imigrante pertencia no país de origem, do que propriamente à distância entre as culturas de origem e de acolhimento. Sabendo que elevadas carências económicas podem ser limitantes a vários níveis (Alves, 2009), inclusive na planificação a longo-prazo e na disponibilidade mental para preocupações académicas, sociais e ambientais, por exemplo, é possível que imigrantes e descendentes em situação de carências económicas possam sentir um maior contraste entre as duas culturas, o que se poderá refletir em maiores dificuldades de adaptação, inclusive no ambiente escolar. Ao que parece, melhores condições de vida propiciam uma maior afinidade com o país de origem, o que transmitiria, supostamente, uma maior sensação de continuidade.

Este estudo pretende contribuir para a desmistificação de associações simplistas entre descendentes de imigrantes e insucesso escolar, assim como incentivar a compreensão da complexidade de fatores sociais em causa.

8.3.Limitações do estudo e Estudos Futuros

Uma limitação do estudo é o preenchimento dos itens do IARPS-CJ por diversos profissionais do programa, pois além de muitas vezes não terem informação suficiente para responder ao item (informação escassa ou incompleta), os dados ficariam sujeitos a interpretação do profissional (heterogeneidade de avaliadores e subjetividade das respostas). Verificou-se, por exemplo, que o IARPS-CJ foi preenchido para alguns indivíduos fora dos limites de idade estabelecidos, erro que poderá ser consequência da multiplicidade de avaliadores. Este ponto foi corrigido através da seleção de casos. Foi possível verificar ainda que alguns sujeitos estariam menos envolvidos no projeto ou teriam começado a participar do mesmo aos 12 ou 18 meses da sua execução, por exemplo.

Outra limitação é a de que, como referido, não é possível saber-se ao certo que descendentes de imigrantes estão em causa na amostra utilizada. Por exemplo, não foi possível saber qual a nacionalidade da família de origem dos participantes. Poder-se-ia ainda apontar como limitação, o facto de a população alvo do estudo ser no seu todo ou em grande parte uma população

de risco. Deste modo as comparações realizadas podem não equivaler à comparação entre descendentes e não descendentes noutras circunstâncias.

Deste modo, seria importante que estudos futuros pudessem colmatar estas limitações, nomeadamente utilizar uma forma de recolha que forneça mais informação sobre os descendentes de imigrantes em causa e em que não haja tanta diversidade de avaliadores. Seria ainda uma mais valia, a comparação entre descendentes e não descendentes de imigrantes relativamente a outras variáveis de risco psicossocial disponíveis no IARPS-CJ, assim como a comparação entre estes dois grupos quando ambos se encontram em condições sem desvantagem económica. E ainda, estudar o porquê de os descendentes de imigrantes de baixo estatuto socioeconómico terem maior propensão para o sucesso escolar do que nacionais na mesma condição.

Os dados levam ao questionar de seguinte: Será que entre os descendentes de imigrantes com maior presença em Portugal (e.g., brasileiros, cabo-verdianos, ucranianos) haverá variações em relação à propensão para o sucesso escolar? Se sim, porquê? Estas são questões ainda não respondidas e importantes para a compreensão destas populações e sua inserção.

9. Conclusão

Podemos concluir que o IARPS-CJ apresenta bons indicadores psicométricos, sendo um instrumento útil para a avaliação do risco psicossocial e a orientação da intervenção. No que toca às hipóteses do estudo, verificou-se que os indivíduos descendentes de imigrantes em situação de carências económicas tinham maior propensão para o sucesso escolar, comparativamente a não descendentes de imigrantes em situação de carências económicas, ao contrário do previsto nas hipóteses.

A realização deste estudo pretende ser mais um contributo no sentido de perceber estas minorias e seu processo de inserção em Portugal, visto que alguns dados alertam para a necessidade de estudos nesse sentido. Os elementos família, escola e comunidade têm um impacto estruturante na vida da criança ou jovem. Uma boa articulação entre estes elementos, e o modo como a família concebe a escola pode ser determinante no rendimento escolar dos jovens alunos (Sousa & Sarmiento, 2010). Sabendo isto, a articulação destes elementos é fundamental para a intervenção clínica e comunitária em casos de risco psicossocial.

Os psicólogos sistémicos e de intervenção comunitária acabam por se deparar muito frequentemente com descendentes de imigrantes, visto que estes são muitas vezes identificados entre as populações de risco psicossocial, pertencentes a famílias multiproblemáticas e multiassistidas (Matos & Sousa, 2006). Deste modo, o conhecimento das variáveis de risco e de áreas prioritárias de intervenção que o instrumento e as análises do estudo proporcionam constituem uma mais valia para a prática clínica, comunitária e investigação.

10. Referências

- Ainsworth, M. S., & Bowlby, J. (1991). An ethological approach to personality development. *American Psychologist*, 46(4), 333.
- Alves, N. (2009). Novos factos sobre a pobreza em Portugal. *Boletim económico do Banco de Portugal*, 15(1), 125-154.
- Anastácio, S., & Lima, L.N. (2017). A relação entre a vinculação ao pai e à mãe e a empatia no início da adolescência. *Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente*. Lisboa, 6 (1), 109-123.
- Bandura, A. (2008). A evolução da teoria social cognitiva. *Teoria social cognitiva: Conceitos básicos*, 15-41.
- Barata, R. (2012). *Políticas de integração de alunos que têm o português como língua não materna Projeto de Intervenção Contributo para a integração dos alunos de PLNM no 1ºCiclo* (Doctoral dissertation). Projeto de Intervenção. Instituto superior de Educação e Ciências. Lisboa.
- Baron, R. M., & Kenny, D. A. (1986). The moderator–mediator variable distinction in social psychological research: Conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of personality and social psychology*, 51(6), 1173.
- Bradley, R. H., & Corwyn, R. F. (2002). Socioeconomic status and child development. *Annual review of psychology*, 53(1), 371-399.

- Bourdieu, P., Passeron, J. C., & da Silva, C. P. G. (1975). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Coutinho, M., Franken, I., & Ramos, N. (2008). Depressão, migração e representações sociais no contexto escolar de Portugal. *Saúde, migração e interculturalidade: perspectivas teóricas e práticas*, pp. 133-175.
- Departamento de Planeamento e Formação (Núcleo de Planeamento) do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2007). *Relatório de actividades 2007: Imigração, fronteiras e asilo*. Oeiras
- Évora, G. S. (2013). Sucesso escolar nos alunos de origem cabo-verdiana: *O caso dos alunos que ingressam no ensino superior*. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação. Faculdade de Ciências Sociais.
- Ferreira, P. (2007) Migrações e Desenvolvimento. *Oceânia*, 1(2), 56.
- Fuligni, A. (1997). The academic achievement of adolescents from immigrant families: The role of family background, attitudes, and behavior. *Child Development*, 68, 351-363.
- Gaspar, T., Matos, M. G., Ribeiro, J. L., & Leal, I. (2010). Qualidade de vida em crianças e adolescentes: Impacto da migração e estatuto socio-econômico. *Brazilian Journal of Health*, 1(1).
- Góis, P., & Marques, J. C. (2007). *Estudo prospectivo sobre imigrantes qualificados em Portugal* (Vol. 24). Observatório da Imigração, ACIDI, IP.
- Gurcay, D., & Ferah, H.(2018). High school students' critical thinking related to their metacognitive self-regulation and physics self-efficacy beliefs. *Journal of Education and Training Studies*, 6(4), 125-130.
- Lussi, C. (2015). Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio. *Psicologia USP*, 26(2), 136-144.

- Machado, F. L., & Matias, A. R. (2006). *Jovens descendentes de imigrantes nas sociedades de acolhimento: linhas de identificação sociológica*. CIES e-working paper, 13, Lisboa, CIES-ISCTE. [working paper científico]
- Martins, S. (2017) *Na mira do sucesso: Estratégias de combate ao insucesso escolar de alunos estrangeiros*. Tese de Mestrado em Ciências da Educação. Universidade de Lisboa, Portugal.
- Matos, I. (1997). Integração escolar de minorias étnicas e de luso-descendentes em situação de retorno. *Revista Millenium*. Viseu: Instituto Superior Politécnico, ano 2, nº 8, pp.92-96.
- Matos, A., & Sousa, L. (2006). O apoio das instituições de protecção social às famílias multiproblemáticas. *PSI–Revista de Psicologia Social e Institucional, Londrina*, 3(1), 1-23.
- Mendonça, A., & Henriques, M. (2009). *O Insucesso Escolar: Políticas Educativas e Práticas Sociais: um estudo de caso sobre o Arquipélago da Madeira*. Portugal: Edições Pedagogo.
- Moreira, J., Pereira, A. I., Goes, A., Marques, T., & Monteiro, R. (2015, Abril). *O Inventário de Avaliação do Risco Psicossocial em Crianças e Jovens (IARPS-CJ): Desenvolvimento e dados iniciais*. Comunicação apresentada no VI Congresso Internacional de Psicologia da Criança e do Adolescente, Lisboa.
- Moreira, J. M., Pereira, A. I., Goes, A. R., Marques, T., & Monteiro, R. (2015). Developing a psychoeducational risk assessment instrument for community intervention projects: The IARPS-CJ. In C. A. Shoniregun & G. A. Akmayeva (Eds.), *Ireland International Conference on Education 2015 Proceedings* (pp. 436-441). Dublin, Ireland: Infonomics Society.
- Mota, E., Franco, A., & Motta, M. (1999). Migração, estresse e fatores psicossociais na determinação da saúde da criança. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(1), 0.
- Nada, C. I., & Araújo, H. C. (2018). Migration and education: A narrative approach to the experience of foreign students in Portugal. *London Review of Education*, 16, 308-324.
- Nolasco, C. (2016). Migrações Internacionais: conceitos, tipologia e teorias. *Oficina do CES*, 434. 1-29.

O que é o Programa Escolhas? (sem data). Obtido em 4 de Outubro de 2019 de <http://www.programaescolhas.pt/apresentacao>

Organisation for Economic Co-operation and Development. (2015). Helping immigrant students to succeed at school - and beyond. paris: OCDE. Obtido em Julho de 2016 de <https://www.oecd.org/education/Helpingimmigrant-students-to-succeed-at-school-and-beyond.pdf>

Papademetriou, D. (2003). Imigração, perspectivas e desafios: O sistema de migração internacional- uma visão quantitativa. In Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (Ed.), *Imigração em Portugal: Diversidade, cidadania e integração* (pp. 21-29). Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Peal, E., & Lambert, W. E. (1962). The relation of bilingualism to intelligence. *Psychological Monographs: general and applied*, 76(27), pp. 1-23.

Peixoto, J. (1998) As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal. *Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intraorganizacional*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 1998.

Pires, S. (2009). *A segunda geração de imigrantes em Portugal e a diferenciação do percurso escolar: jovens de origem cabo-verdiana versus jovens de origem hindu-indiana* (Vol. 23). Observatório da Imigração, ACIDI, IP.

Portes, A., & Schauffler, R. (1994). Language and the second generation: Bilingualism yesterday and today. *International migration review*, 28(4), 640-661.

Portes, A., Haller, W., & Fernández-Kelly, P. (2008). Filhos de imigrantes nos Estados Unidos. *Tempo Social*, 20(1), 13-50.

Programa Escolhas. Obtido em 10 de Junho 2019 de <http://www.programaescolhas.pt/>

Ramos, N. (2004). Adaptação, saúde e doença em contexto migratório e intercultural. *Psicologia clínica e da saúde*. Lisboa: Universidade Aberta, 239-299.

- Ramos, N. (2009). Saúde, migração e direitos humanos. *Mudanças–Psicologia da Saúde*, 1-11.
- Ray, A., & Margaret, W. (Eds.). (2003). *PISA Programme for international student assessment (PISA) PISA 2000 technical report*. oecd Publishing.
- Rocha-Trindade, M. B. (2006). Recriação de identidades em contextos de migração. *Discutindo identidades*, 75-90.
- Rodrigues, A. (2011). *Nomadismo no Mundo Atual: Mobilidade de Migrantes Qualificados e Identidades Culturais*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Portugal.
- Salim, C. A. (2016). Migração: O fato e a controvérsia teórica. *Anais*, 3, 119-144.
- Sampaio, P. (2014). A adaptação dos lusodescendentes de regresso a Portugal. *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 3(1), 77-98.
- Seabra, T. (2010). Adaptação e Adversidade: *O Desempenho Escolar dos Alunos de Origem Indiana e Cabo-Verdiana no Ensino Básico*, Lisboa, ICS-UL
- Seabra, T., & Mateus, S. (2010). Trajectórias escolares, propriedades sociais e origens nacionais: descendentes de imigrantes no ensino básico português. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 20, 411-424.
- Sousa, M., & Sarmiento, T. (2010). Escola–família-comunidade: Uma relação para o sucesso educativo. *Gestão e Desenvolvimento*, 17, 141-156.
- Varela, Drauzio. (2016). *Palavra de médico: Ciência, Saúde e Estilo de Vida*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Waldinger, R., & Perlmann, J. (1998). Second generations: Past, present, future. *Journal of ethnic and migration studies*, 24(1), 5-24.
- Vaz, J. E. (2017). *Sucesso-insucesso escolar nos jovens imigrantes e descendentes de imigrantes caboverdeanos no 3º Ciclo do ensino básico no vale da amoreira: Um estudo de caso de quatro alunos*. ISCTE: Instituto Universitário de Lisboa

Zago, N. (2011). Fracasso e sucesso escolar no contexto das relações família e escola: Questionamentos e tendências em sociologia da educação. *Revista Luso-Brasileira*, 2(3), 57-83.